



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 636-A, DE 2025

(Do Sr. Julio Cesar Ribeiro)

Isenta os valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação de atletas brasileiros em competições esportivas internacionais do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na hipótese de operação de câmbio e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior; tendo parecer da Comissão do Esporte, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. OSSESIO SILVA).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
ESPORTE;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão do Esporte:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. JULIO CESAR RIBEIRO)

Isenta os valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação de atletas brasileiros em competições esportivas internacionais do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na hipótese de operação de câmbio e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei isenta os valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação de atletas brasileiros em competições esportivas internacionais do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na hipótese de operação de câmbio e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior.

Art. 2º Os valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação de atletas brasileiros em competições esportivas internacionais ficam isentos:

I - do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na hipótese de operação de câmbio; e

II – do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior.



Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo:

I – não desobriga o atleta do pagamento do valor integral da taxa de inscrição estipulada pela entidade organizadora.

II – aplica-se exclusivamente às competições organizadas por entidades reconhecidas pela respectiva federação internacional ou pelas confederações brasileiras de modalidades esportivas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo reduzir os custos financeiros enfrentados por atletas brasileiros ao participarem de competições esportivas internacionais, ao isentar do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na hipótese de operação de câmbio e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior. Importante destacar que o benefício não recai sobre o valor total da taxa de inscrição — que continua sendo de responsabilidade do atleta.

Atletas brasileiros, especialmente aqueles que competem em modalidades com menor visibilidade e patrocínio, enfrentam sérios desafios financeiros para se manterem ativos no cenário internacional. Além dos custos com passagens, hospedagem e alimentação, as taxas de inscrição somam um encargo significativo. Apesar de ser um valor proporcionalmente pequeno no contexto da arrecadação tributária, o peso desses encargos é amplificado para o atleta, que muitas vezes precisa custear as despesas com recursos próprios.

Ao promover a presente isenção tributária, o Estado demonstra um compromisso efetivo com o incentivo ao esporte, garantindo que mais atletas possam representar o país em competições internacionais. Essa



medida é, sobretudo, uma forma de estimular a formação de talentos e de aumentar a presença brasileira em eventos esportivos de alto nível, gerando benefícios que vão além da esfera esportiva, alcançando o campo social e cultural.

Como benefícios para o país, podemos citar o incentivo ao Esporte Nacional, a melhoria da Imagem Internacional brasileira frente às confederações internacionais, além do aumento da Inclusão e acesso ao esporte.

A redução de custos facilita a participação de mais atletas em competições internacionais, ampliando a visibilidade do Brasil no esporte global e promovendo o desenvolvimento de novas gerações de competidores. O fortalecimento da participação brasileira em competições globais reforça a posição do país como uma potência esportiva, incentivando parcerias e investimentos no setor. Além disso, modalidades esportivas menos favorecidas, que geralmente têm atletas independentes ou com menor suporte financeiro, seriam diretamente beneficiadas.

Embora a medida implique uma renúncia de receita, o impacto orçamentário é ínfimo frente ao orçamento da União, e os benefícios sociais e econômicos gerados pela medida compensam amplamente essa renúncia. O incentivo ao esporte reduz custos futuros associados a problemas sociais ao engajar jovens em práticas esportivas e gera retorno indireto ao atrair investimentos no setor esportivo e na promoção de eventos.

Ao adotar esta medida, o Estado reafirma seu compromisso com o desenvolvimento esportivo, que vai além do simples incentivo a atletas: promove a inclusão social, fortalece a imagem do Brasil como potência esportiva e contribui para o crescimento de uma economia esportiva robusta.

Investir na isenção dos tributos incidentes sobre taxas de inscrição para competições internacionais é, na verdade, um estímulo estratégico. Tal medida pode atrair maior participação de atletas em competições de destaque, o que resulta em mais visibilidade internacional e oportunidades de patrocínio, tanto para os competidores quanto para o esporte brasileiro como um todo. Além disso, representa um incentivo direto às



modalidades esportivas de menor apoio financeiro, garantindo que o talento prevaleça sobre barreiras econômicas.

Esse tipo de incentivo também tem efeitos multiplicadores: atletas que alcançam maior visibilidade internacional inspiram novas gerações, fortalecem a base esportiva do país e ampliam as oportunidades para o surgimento de parcerias entre setor público e privado. Mais do que uma política de renúncia fiscal, a proposta é um investimento em um dos maiores ativos de uma nação — seu capital humano esportivo.

Ao apoiar esta medida, o Estado não apenas elimina barreiras que dificultam a participação dos brasileiros no cenário esportivo mundial, mas também planta as sementes de um legado de valorização do esporte, de inclusão e de construção de um país mais competitivo, coeso e admirado. Assim, conclamo os nobres pares a aprovar esta medida, que representa um marco para o fortalecimento do esporte em nosso país, promovendo inclusão, desenvolvimento social e a formação de futuros talentos.

Temos a certeza de contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO



COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 636, DE 2025

Isenta os valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação de atletas brasileiros em competições esportivas internacionais do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF na hipótese de operação de câmbio e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior.

Autor: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

Relator: Deputado OSSESIO SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 636, de 2025, de autoria do nobre Deputado Julio Cesar Ribeiro, tem como objetivo isentar os valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação de atletas brasileiros em competições esportivas internacionais do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro – IOF, na hipótese de operação de câmbio, e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa dos rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior.

A proposição é composta por quatro artigos, sendo que o artigo 1º estabelece o objeto da lei de forma genérica, enquanto o artigo 2º detalha especificamente as isenções pretendidas, estabelecendo em seu parágrafo único que a isenção não desobriga o atleta do pagamento integral da taxa de



inscrição e aplica-se exclusivamente às competições organizadas por entidades reconhecidas pela respectiva federação internacional ou pelas confederações brasileiras de modalidades esportivas. O artigo 3º determina que o Poder Executivo regulamentará a lei no prazo de noventa dias, e o artigo 4º estabelece sua entrada em vigor na data de publicação.

Na justificação apresentada, o autor argumenta que a medida visa reduzir os custos financeiros enfrentados por atletas brasileiros ao participarem de competições esportivas internacionais, destacando que estes profissionais, especialmente aqueles de modalidades com menor visibilidade e patrocínio, enfrentam sérios desafios financeiros para se manterem ativos no cenário internacional. O deputado sustenta que, embora represente renúncia de receita, o impacto orçamentário seria ínfimo frente ao orçamento da União, sendo compensado pelos benefícios sociais e econômicos gerados pela medida.

O projeto foi distribuído às Comissões de Esporte; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas. O projeto não possui apensos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição aborda tema de extrema relevância para o desenvolvimento do esporte nacional, especialmente no que se refere ao apoio aos atletas brasileiros em sua busca por participação em competições



internacionais de alto nível. O esporte de rendimento constitui um dos pilares fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal em seu artigo 217, e o Estado possui o dever constitucional de fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um.

Sob a perspectiva esportiva, a proposição revela-se altamente meritória ao buscar eliminar barreiras financeiras que frequentemente impedem ou dificultam a participação de atletas brasileiros em competições internacionais. Esta dificuldade é particularmente acentuada nas modalidades esportivas com menor apoio financeiro privado ou patrocínio, onde os atletas muitas vezes dependem de recursos próprios ou de apoio familiar limitado para custear não apenas as taxas de inscrição, mas também deslocamentos, hospedagem e demais custos inerentes à participação em eventos internacionais.

A medida proposta tem o potencial de ampliar significativamente a representatividade brasileira no cenário esportivo mundial, permitindo que mais atletas tenham condições efetivas de participar de competições internacionais, o que resulta em maior visibilidade para o esporte brasileiro, desenvolvimento técnico dos nossos atletas através da experiência competitiva internacional, e consequente elevação do nível esportivo nacional. Ademais, a participação mais ampla de atletas brasileiros em competições internacionais contribui para o fortalecimento das relações entre as confederações brasileiras e suas contrapartes internacionais, favorecendo a captação de eventos esportivos para o país e o intercâmbio técnico-científico.

É importante observar, quanto ao impacto fiscal da medida, que se trata de renúncia de receita de magnitude restrita, considerando-se o universo específico de atletas que efetivamente participam de competições internacionais e o valor médio das taxas de inscrição cobradas por tais eventos. Este aspecto, contudo, será devidamente analisado pela comissão de mérito competente, cabendo a esta Comissão do Esporte focar nos aspectos relacionados ao desenvolvimento esportivo nacional.

Não obstante o mérito inequívoco da proposição, verifica-se a necessidade de aperfeiçoamentos técnicos que tornem o texto mais preciso e



eficaz, mantendo o objetivo original da proposição, razão pela qual entendo ser necessário o oferecimento de Substitutivo.

Observa-se uma sobreposição normativa entre os artigos 1º e 2º, que estabelecem essencialmente a mesma regra, bem como a necessidade de maior precisão na definição dos beneficiários e dos critérios de elegibilidade das competições esportivas contempladas pela isenção.

Verifica-se, ainda, que a criação de uma lei autônoma para tratar da matéria não representa a melhor técnica legislativa, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro já conta com a Lei nº 14.597, de 2023, conhecida como Lei Geral do Esporte (LGE), que constitui o marco regulatório abrangente das políticas esportivas nacionais. A incorporação das disposições propostas diretamente na LGE promove maior coerência sistêmica, evita a dispersão normativa e facilita a aplicação e fiscalização da medida.

Ademais, mostra-se necessário restringir o benefício aos atletas profissionais, evitando-se assim um escopo excessivamente amplo que poderia abranger situações não compatíveis com o objetivo da norma. A utilização da terminologia técnica adequada, especialmente no que se refere às organizações esportivas competentes para reconhecer as competições elegíveis, também se faz necessária para garantir a precisão e aplicabilidade da norma.

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 636, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator



COMISSÃO DO ESPORTE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 636, DE 2025

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre isenção tributária relativa a taxas de inscrição de atletas profissionais em competições esportivas internacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 74-A. Os atletas profissionais brasileiros ficam isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, na hipótese de operação de câmbio, e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa de rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior, relativamente aos valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação em competições esportivas internacionais organizadas por organização



nacional ou internacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva, na forma de regulamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DO ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 636, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão do Esporte, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 636/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ossesio Silva.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

André Figueiredo, Beto Pereira, Coronel Chrisóstomo, Dr. Luiz Ovando, Elmano Férrer, Luiz Lima, Sergio Santos Rodrigues, Afonso Hamm, Bandeira de Mello, Delegado Fabio Costa, Flávia Moraes, Juninho do Pneu, Luisa Canziani, Ossesio Silva, Paulo Litro e Roberta Roma.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2025.

Deputada LAURA CARNEIRO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DO ESPORTE

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 636, DE 2025

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre isenção tributária relativa a taxas de inscrição de atletas profissionais em competições esportivas internacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 74-A. Os atletas profissionais brasileiros ficam isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, na hipótese de operação de câmbio, e do Imposto sobre a Renda incidente na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa de rendimentos ao destinatário residente ou domiciliado no exterior, relativamente aos valores correspondentes às taxas de inscrição cobradas para a participação em competições esportivas internacionais organizadas por organização nacional ou internacional que administra e regula a respectiva modalidade esportiva, na forma de regulamento."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DO ESPORTE**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada **Laura Carneiro**
Presidente

Apresentação: 26/11/2025 16:01:38.180 - CESPO
SBT-A 1 CESPO => PL 636/2025

SBT-A n.1



FIM DO DOCUMENTO